

EDUCAÇÃO ESCOLAR NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO RIO GRANDE DO NORTE

Areillen Ronney Rocha Reges¹
Vanessa de França Almeida Gurgel²
Antonio Anderson Brito do Nascimento³
Emerson Augusto de Medeiros⁴

RESUMO

Nas últimas décadas, decorrentes do avanço dos diplomas legais - CF, ECA, CONANDA, SINASE e Resolução CNE/CEB 3/2016 - sobre direitos de adolescentes em espaços de privação de liberdade, o acesso à educação escolar também vem sendo difundido no âmbito da educação e pesquisa. Neste entendimento, o presente estudo se refere a um levantamento bibliográfico, tendo como objetivo central: mapear como vem sendo produzidas as pesquisas sobre educação escolar de adolescentes privados de liberdade do estado do Rio Grande do Norte, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com essa finalidade e possuindo uma abordagem quali-quantitativa, utilizou-se do descritor “CEDUC”, sigla que faz referência ao Centro Educacional, como forma de delimitação para busca. Ao todo, foram encontradas 16 (dezesesseis) produções, entre teses e dissertações que nos levaram a compreender uma certa timidez na discussão sobre o tema. Para fundamentar as discussões dos apurados utilizamos alguns autores que versam sobre o tema, a saber: Freire (1996), Onofre (2007), Paiva (2009) e Julião (2020). Ademais, observamos que, em suma, as produções são dissertações e predominantes no estado do Rio Grande do Norte, isso se ampara pela razão do estado, durante anos, ser um dos únicos a utilizar-se da terminologia “CEDUC” para nomear unidades de atendimento socioeducativo de internação, fundamento que justifica nossa escolha como descritor desta investigação.

Palavras-chave: CEDUC; Educação escolar socioeducativa; Socioeducação; Privação de liberdade.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação escolar em espaços de privação de liberdade, seja ele socioeducativo ou o prisional, atraiu, de certo modo, uma visibilidade na garantia e acesso aos direitos fundamentais à População Privada de Liberdade (PPL). Nesse sentido, apontamos

¹ Mestrando em Ensino, no POSENSINO, associação ampla entre UERN/UFERSA/IFRN, sendo bolsista CAPES; Especialista em Geografia do Nordeste pela UERN; Especialista em Direito da Criança e do Adolescente pelo IBF; Graduado em Geografia pela UERN. Email: areillen_ronney@hotmail.com

² Mestranda em Ensino, no POSENSINO, associação ampla entre UERN/UFERSA/IFRN, sendo bolsista CAPES; Especialista em Tecnologias Educacionais pela UNP; Graduada em Ciências Econômicas pela UERN; Graduada em Pedagogia pela UNP. E-mail: vanessaalmeida_rn@hotmail.com;

³ Professor da UERN. Mestre em Ensino pelo POSENSINO, associação ampla entre UERN/UFERSA/IFRN, como bolsista CAPES; Especialista em Educação e Contemporaneidade pelo IFRN; Graduado em Pedagogia pela UERN, como bolsista PET/SISu/MEC/FNDE; Bolsista de Apoio Técnico em Extensão no País do CNPq - Nível A. E-mail: nascimento.a.a.b@gmail.com;

⁴ Professor permanente do POSENSINO, associação ampla entre UERN/UFERSA/IFRN; Doutor em Educação pelo PPGE/UECE; Mestre em Educação pelo POSEDUC/UERN; Especialista em Educação pela UERN; Graduado em Pedagogia pela UERN. E-mail: emerson.medeiros@ufersa.edu.br;

como responsáveis os diplomas legais que avançaram e asseguram tais direitos, destaque para Constituição Federal (CF, 1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2006), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2012) e a Resolução CNE/CEB 3/2016 que define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Tais dispositivos legais asseguraram não só o direito à educação escolar/formal aos apenados (prisional) e socioeducandos (socioeducativo), como também o respeito e a dignidade da pessoa humana, por meio dos direitos humanos, em espaços de privação de liberdade. Em verdade, áreas como assistência social, psicológica e pedagógica, começam a ser trabalhadas no assistencialismo a essa população.

Ao observar esse cenário de educação escolar de adolescentes em conflito com a lei e que estão cumprindo medida socioeducativa de internação em espaços de privação de liberdade, emergiu a necessidade de entender como vem sendo desenvolvida as pesquisas sobre a área, em especial no tema de Educação e Ensino, no sistema socioeducativo do Estado do Rio Grande do Norte - RN.

Diante desses aspectos introdutórios, aludimos que o enfoque deste escrito é identificar as produções acadêmicas que abordam a área no estado supradito. Para tal fim, utilizamos o descritor “CEDUC”⁵ para delimitar os trabalhos produzidos sobre o sistema socioeducativo do Estado do Rio Grande do Norte, haja vista que essa nomenclatura foi utilizada durante décadas para as unidades de atendimento socioeducativo de internação do estado (privação de liberdade)⁶. Ademais, a expansão da pesquisa científica e dos avanços das normativas legais estão ligadas ao período que essa terminologia era utilizada para identificar as unidades socioeducativas de internação, justificando nossa escolha.

Na construção desta pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico, utilizando o descritor supracitado, com o intuito de inventariar as pesquisas disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ainda vale salientar que não usamos recorte temporal e/ou filtros nas buscas (como as produções por áreas de conhecimento, ano, instituições, entre outros). Com isso, foram

⁵ Centro Educacional.

⁶ Em nossas buscas pudemos identificar que as unidades de medida socioeducativa de internação do estado do Rio Grande do Norte passaram por mudanças em suas nomenclaturas ao decorrer dos anos, sendo, primeiramente, na década de 90, nominada de Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), posteriormente chamada de Centro Educacional (CEDUC) e, por fim, a atual terminologia das unidades de internação, Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE).

encontradas 16 (dezesseis) produções, entre teses e dissertações, que nos levaram a compreender uma certa timidez na discussão sobre o tema.

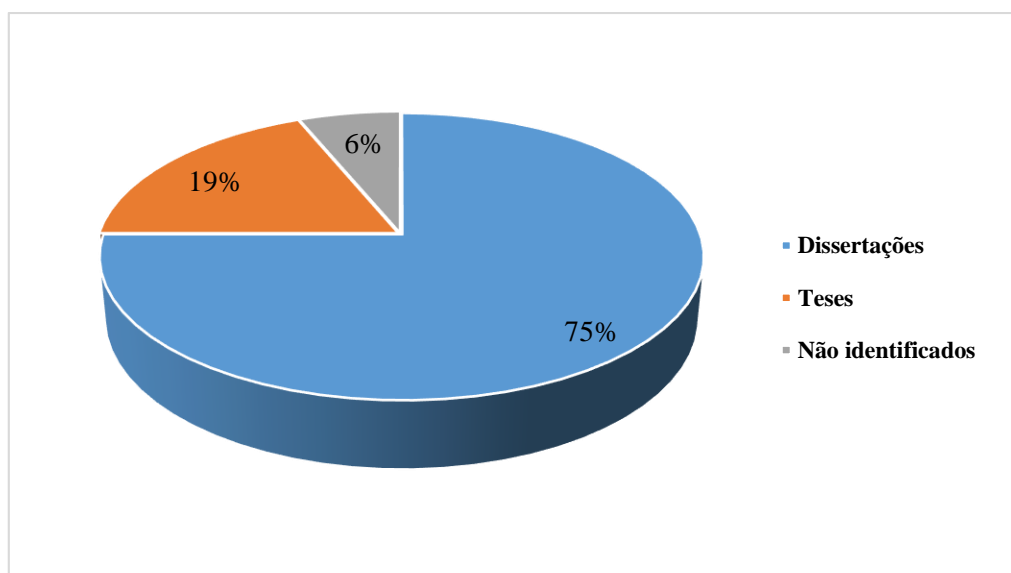
Em linhas conclusivas desta introdução, aludimos que o texto está organizado em mais três seções, além das considerações. Na primeira, dialogamos sobre as questões metodológicas em que se situa o trabalho; a segunda define o tempo-espço em que estão inseridas as teses e dissertações; e a terceira seção, corresponde às discussões que caracterizam as produções em suas temáticas, áreas e aspectos metodológicos das pesquisas.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para construção deste levantamento bibliográfico na CAPES, não usamos recorte temporal e/ou filtros nas buscas (como as produções por áreas de conhecimento, ano, instituições, entre outros). Realizado nos meses de junho a agosto, do ano de 2022 e, como citado anteriormente, utilizando como descritor ‘CEDUC’, levou-nos a encontrar 16 (dezesseis) produções, entre teses e dissertações, trazendo a compreensão de um quantitativo ainda simplista na discussão sobre o tema.

Tomando as dimensionalidades que pretendíamos e conseguimos alcançar com o levantamento bibliográfico desenvolvido na análise dos dados da pesquisa, inicialmente, verificamos o quantitativo de trabalhos (Teses e Dissertações) que versam sobre a temática. A saber, no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Quantitativo de Teses e Dissertações



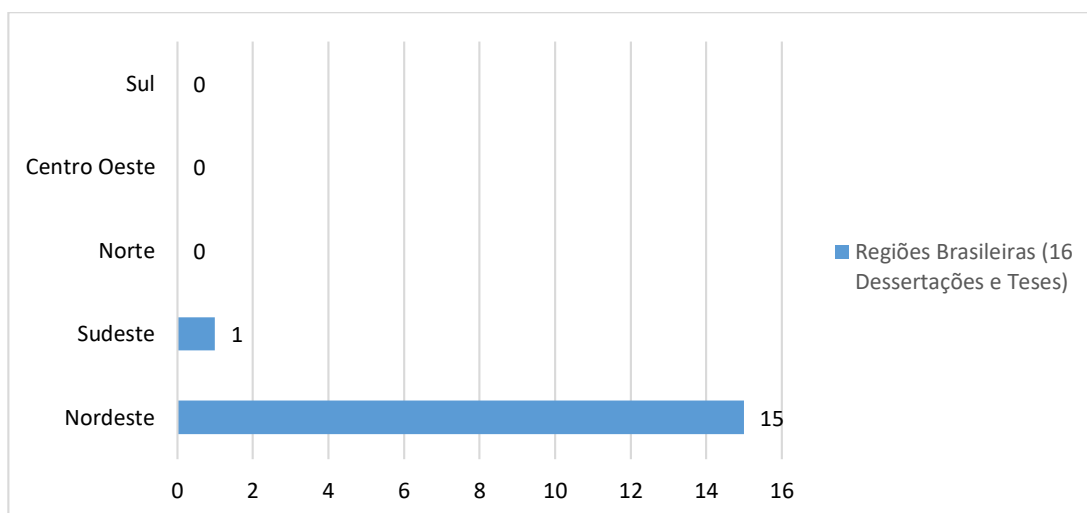
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O gráfico nos mostra, majoritariamente, quantitativo superior de dissertações em detrimento de teses. No entanto, ainda nos leva a observar a timidez com que o assunto é tratado em pesquisas nos programas de pós-graduação, tomando como espelho essas produções. Sobre as questões que versam sobre o ponto “Não identificados” da legenda, decorre de apenas um trabalho, do ano de 2007, do qual não foi possível a identificação pela Plataforma CAPES. É válido pontuar que a plataforma passou a exigir, obrigatoriamente, algumas informações consideradas essenciais, a partir do ano de 2013, podendo esse ser o/um do/dos motivos/motivos da ausência dos dados desse aspecto da legenda. (Nascimento; Medeiros; Amorim, 2022)⁷.

CENTRO EDUCACIONAL (CEDUC) - SITUANDO NO TEMPO-ESPAÇO

Como já mencionado na seção anterior, sobre a escassez das produções (Teses e Dissertações), podemos reforçar esses dados de análise com os insumos presentes no gráfico a seguir, que traduz o quantitativo das publicações dessas pesquisas por ano.

Gráfico 2 – Distribuição Cronológica das Teses e Dissertações



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Podemos observar que dentre os doze anos em destaque, o número mais elevado de publicações são duas anuais, a sabê-las em 2007, 2013, 2017 e 2018. Sabemos que o debate acerca da educação escolar em espaços de privação de liberdade, bem como na garantia dos

⁷Apesar da plataforma existir digitalmente desde 2002, foi a partir de 2013 que ela passou a disponibilizar informações mais completas como nome do autor, título do trabalho, data da defesa do estudo, número de páginas, instituição de vínculo, orientador, banca examinadora, palavras-chave, agência financiadora, área de conhecimento, áreas afins e linha(s) de pesquisa (Nascimento; Medeiros; Amorim, 2022).

direitos da População Privada de Liberdade (PPL) ganha notoriedade nas últimas décadas, sobretudo com o surgimento de normativas legais - SINASE e Resoluções de caráter educacional e de ensino (Resolução CNE/CEB 3/2016)⁸. Nesse sentido, o aumento no número de pesquisas, presentemente, pode se justificar pela inserção da base legal na garantia de direitos fundamentais a esse público (Paiva, 2009; Julião, 2020).

Partindo para entender como essas dissertações e teses estão situadas nos Estados brasileiros, obtivemos os seguintes dados:

Tabela 1 – Distribuição das Dissertações e Teses por estados

Estado	Dissertações	Teses	Total de produções
Bahia	01	00	01
Ceará	01	00	01
Paraíba	01	00	01
Rio Grande do Norte	09	03	12
São Paulo	01	00	01

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Como esperado, a região nordeste é predominante e quase a única a tematizar sobre o assunto em textos dessa natureza, dissertações e teses. Em verdade, a predominância nessa região não nos é surpresa decorrente da nossa escolha pelo descritor “CEDUC”, visto que essa terminologia, como dito em outro momento do texto, foi utilizada nas unidades de internação do sistema socioeducativo do RN por muitos anos, justificando, inclusive, nossa escolha por ela. Apesar disso, a nomenclatura não é exclusiva desse estado e, por essa razão, foi possível identificar pesquisas em outros entes federativos do país⁹.

Não se distanciando das análises das regiões, face ao exposto, podemos perceber que o estado do Rio Grande do Norte também toma enfaticamente a primeira colocação em termos de publicações, sejam teses ou dissertações com nove dissertações e três teses. As informações supracitadas no parágrafo anterior fundamentam a discrepância desse dado.

CENTRO EDUCACIONAL (CEDUC) - DIALOGANDO COM AS TESES E DISSERTAÇÕES

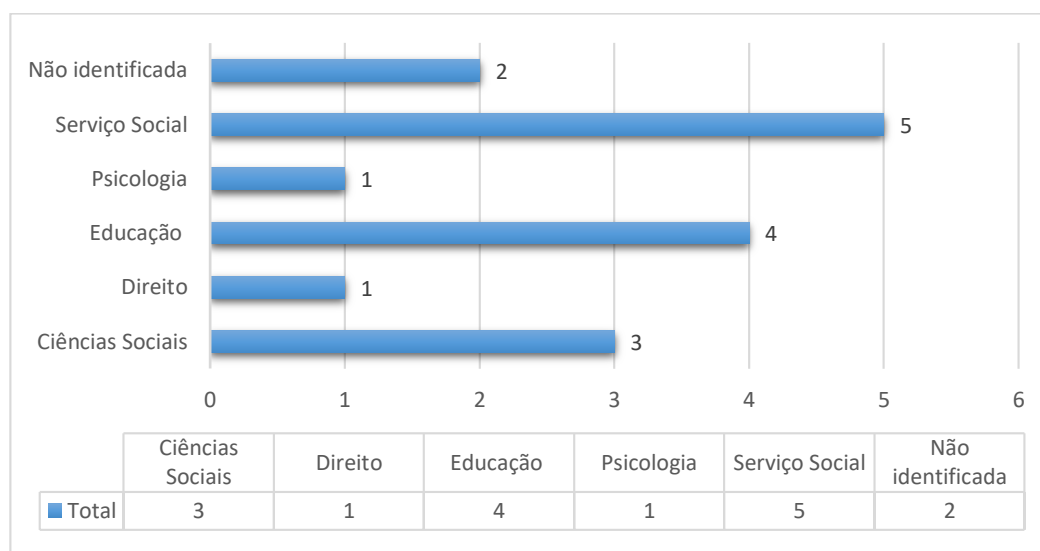
⁸ Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A resolução é a primeira regulamentação específica para educação escolar em unidades socioeducativas do país.

⁹ Durante muitas décadas, a terminologia utilizada em nossa sociedade e vista massivamente nos meios de comunicação para tratar do atendimento socioeducativo era a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem). É sabido a visão negativa que reverberou na sociedade e na mídia dessa nomenclatura em razão de anos de observância de negligência de um sistema punitivo, falho e precário que existia, sobretudo, antes do surgimento de parâmetros legais que, posteriormente, passaram a assegurar a dignidade da pessoa humana nos sistemas prisionais e socioeducativos do país.

Dado os aspectos contextuais de onde estão situadas essas pesquisas, nessa seção demonstramos os aspectos que circunscrevem às abordagens temáticas deste escrito, a saber: a Áreas de Conhecimento das Dissertações e Teses e suas Temáticas. A análise dessas categorias são relevantes para que consigamos compreender quais enfoques sobre o sistema socioeducativo estão sendo desenvolvidos nas investigações dos programas de pós-graduação.

Em um primeiro momento, iniciamos verificando as áreas de conhecimentos das dezesseis pesquisas mapeadas, como evidencia o mapa seguinte:

Gráfico 3 – Áreas de Conhecimento das Dissertações e Teses



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os achados apresentam cinco áreas de conhecimento distintas, a saber: Serviço Social (5), Educação (4), Ciências Sociais (3), Direito (1), Psicologia (1) e não identificadas (2). Dentre essa diversidade, destacam-se Serviço Social, Educação e Ciências Sociais, o que confirma nossos estudos prévios sobre o interesse de pesquisas desses campos em relação aos sistemas de privação de liberdade.

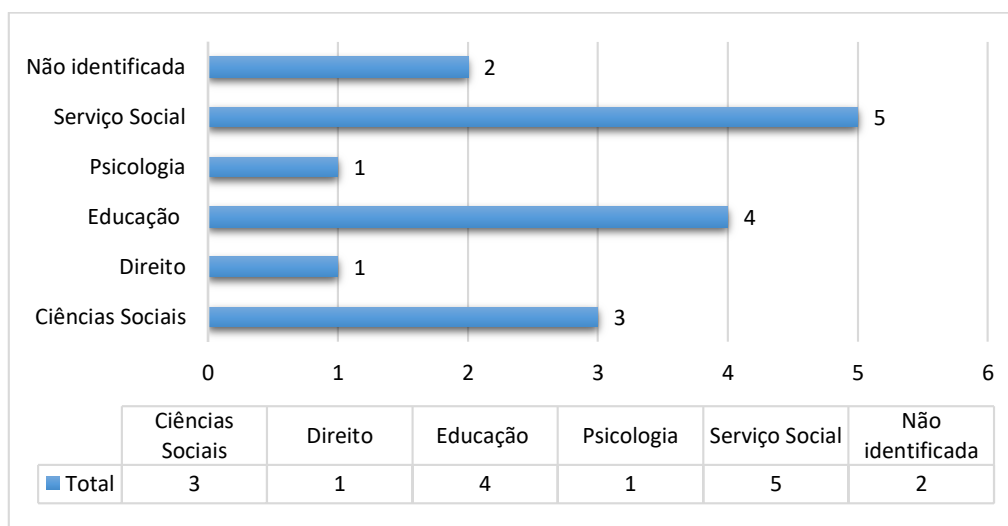
Ainda convém lembrar que algo que pode relacionar o interesse dessas áreas sobre esses sistemas é a relação dicotômica entre Segurança e Educação¹⁰. Ao delimitarmos esta análise ao nosso enfoque, apesar do sistema socioeducativo, sobretudo nos seus regimentos, prever os aspectos pedagógicos sob os sancionatórios, não podemos negar a conjectura punitiva e reclusa de um sistema de privação de liberdade, o que desperta nessas áreas supracitadas o interesse

¹⁰ A relação da qual pontuamos se refere ao conflito de unidades de reclusão e privação de liberdade com caráter punitivo (segurança) e pela garantia de direitos básicos e fundamentais dentro das instituições (dentre eles, a educação).

em averiguar, durante o cumprimento da medida, o acesso desses sujeitos a questões de direitos fundamentais, de políticas públicas e na garantia da dignidade da pessoa humana descritas em nossos regimentos (CF, 1988; ECA, 1990; SINASE, 2012).

Dando sequência nas nossas análises, para além das áreas de conhecimentos, buscamos pormenorizar as temáticas versadas nas investigações. Dessa maneira, apesar de considerarmos um quantitativo total baixo entre teses e dissertações (16 pesquisas), as temáticas indicam uma certa diversidade e pluralidade quanto ao enfoque desta análise. Vejamos:

Gráfico 4 – Temáticas das Dissertações e Teses



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Ao fazermos uma análise do gráfico quatro é possível identificar sete temáticas diferentes, são elas: Atos infracionais/criminalidade (3)¹¹, Direitos Humanos (2), Políticas Públicas (3), Assistência Social (2), Educação e Currículo (2), Socioeducação e Ressocialização (2) e Atendimento Pedagógico (1) - não sendo identificável apenas uma. Dentre os enfoques que tematizam as pesquisas, mais uma vez destacam-se aquelas na área do Direito (incluindo os direitos humanos), assistencialismo (mediante às políticas públicas) e, também, a educação.

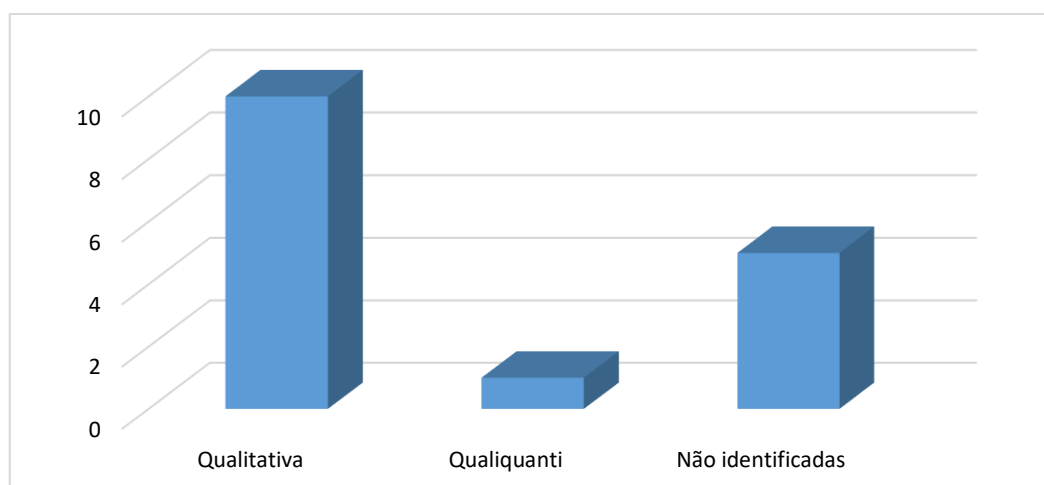
Uma forma de justificar a vasta diversificação de temas das produções e as áreas distintas que as investigam são os conceitos de incompletude institucional e articulação interinstitucional e intersetorial das políticas que fazem parte do atendimento socioeducativo, sendo, inclusive, apontado no seu regimento, o SINASE.

¹¹ Apesar de nossa perspectiva de investigação se deter exclusivamente ao sistema socioeducativo (descriptor “CEDUC” - terminologia utilizada em unidades socioeducativas de privação de liberdade para menores infratores no RN), em alguns trabalhos foi possível apurar o uso do termo criminalidade ao se referir ao ato infracional cometido pelo adolescente (sendo este o termo correto a ser utilizado, segundo os dispositivos legais para crianças e adolescentes: ECA e SINASE).

Em verdade, esse princípio funciona por meio de uma lógica de rede articulada por ações governamentais e não governamentais, organizando as ações das políticas públicas, realizadas em atenção às medidas socioeducativas em consonância com o conjunto de políticas públicas realizadas pelo Estado, ou seja, as fundações de atendimento socioeducativos não se sustentam sozinhas, é necessário o apoio de outros setores/instituições, fazendo com que várias áreas atuem na garantia de direitos básicos fundamentais nas unidades para os socioeducandos (SINASE, 2012).

Levando-se em consideração esse último aspecto, outra categoria da qual nos despertou interesse foi as abordagens metodológicas dessas pesquisas, a predominância é qualitativa. Pormenorizamos a seguir.

Gráfico 5 – Abordagens Metodológicas das Dissertações e Teses

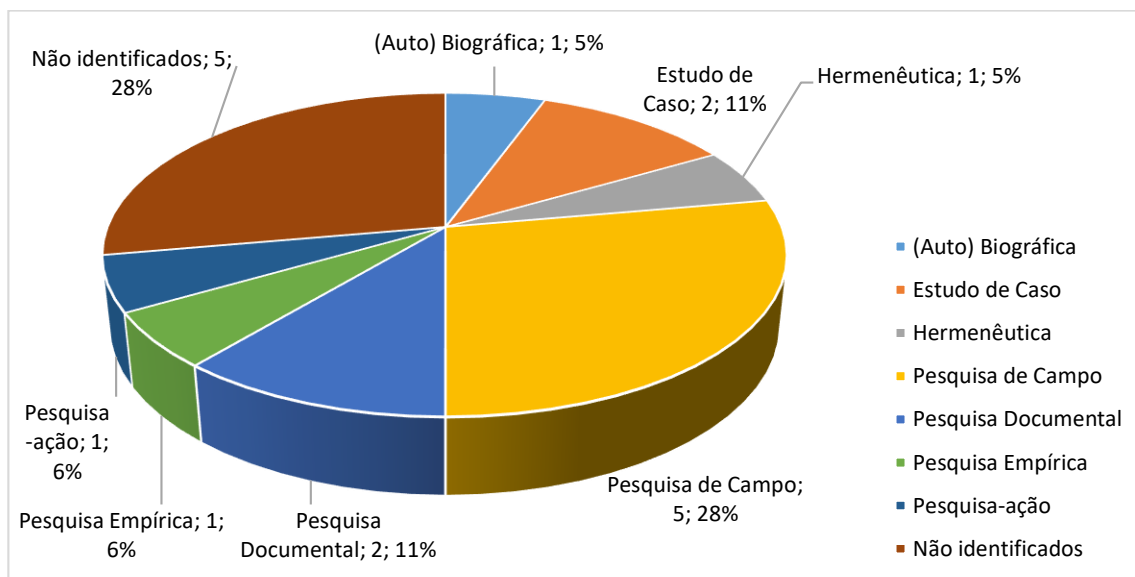


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Para além da prevalência de abordagens qualitativas, nota-se mais uma vez a presença de um número expressivo de determinado aspecto metodológico não sendo identificável no mapeamento, nesse caso, das abordagens, com cinco pesquisas. Romanowsky e Ens (2006) também alertam que ao se deparar com resumos restritos, sem especificação do tipo de estudo pelo autor, por exemplo, essa especificação passa a ser definida após a leitura do resumo, pelo contexto em que foi realizada a pesquisa e pelas técnicas usadas para produzir os dados. Ademais, retomando o gráfico seis, é válido destacar que apenas uma pesquisa se caracteriza como qualiquanti, bem como a inexistência de pesquisas com abordagens quantitativas.

Verifica-se ainda as tipologias mapeadas das teses e dissertações com um valor de sete métodos diferentes empregados, além do mais, o número de tipos de pesquisas não identificados é, mais uma vez, expressivo (sendo o maior percentual). O gráfico posterior detalha essa e outras informações:

Gráfico 6 – Métodos/Tipos de pesquisa das Dissertações e Teses



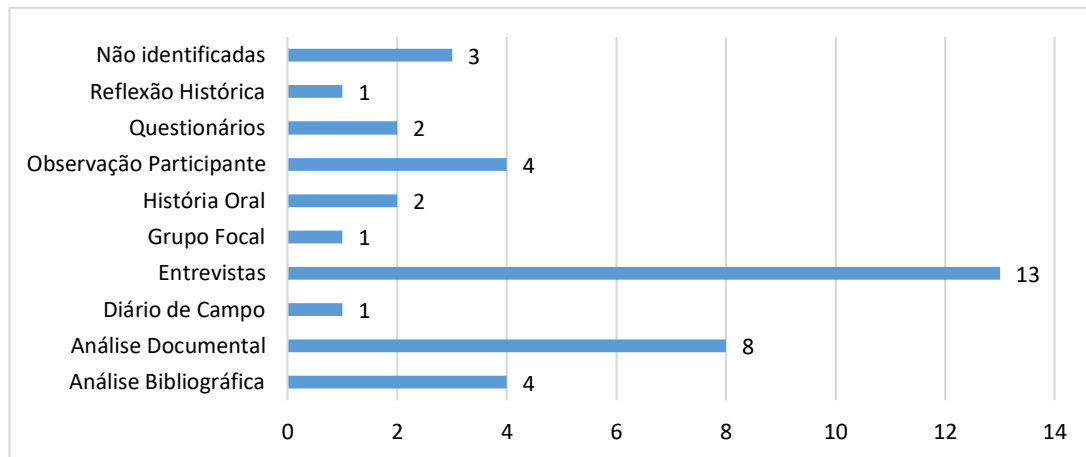
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Dado o exposto, foram mapeados um número plural de tipos de pesquisas, dentre elas, de forma expressiva destaca-se as que se declaram textualmente do tipo Pesquisa de Campo (5; 28%), seguidas pelas pesquisas de tipologia de Estudo de Caso (2; 11%), Pesquisa Documental (2; 11%) e, em sequência, com um quantitativo de apenas uma investigação, estão as investigações do tipo Pesquisa-ação (1; 6%), Pesquisa Empírica (1; 6%), Pesquisa (auto) biográfica (1; 5%) e Pesquisa Hermenêutica (1; 5%).

Nos chama a atenção o fato da Pesquisa de Campo ser a mais utilizada, uma vez que os sistemas de privação, em sua maioria, exigem diversos cuidados, regulamentações, critérios e restrição para a entrada na estrutura, apesar de, legalmente, não ser proibido a entrada dos pesquisadores/estudantes nesses espaços. Em verdade, sabemos que, na prática, essas ocasionalidades administrativas dificultam e limitam os pesquisadores no desenvolvimento da investigação.

Dando continuidade aos achados, já em relação às técnicas de produção de dados mapeamos os dados seguinte no gráfico.

Gráfico 7 – Técnicas de produção de dados



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Em pormenores, o quantitativo está sequenciado da seguinte forma: Entrevistas (13), Análise Documental (8), Análise Bibliográfica (4), Observação Participante (4), História Oral (2), Questionários (2), Diário de Campo (1), Grupo Focal (1), Reflexão Histórica (1) e, por fim, Não Identificáveis (3). Em análise, com um total de nove diferentes tipos de técnicas para produção de dados, consideramos o número expressivo e relevante, visto que em quinze pesquisas os autores utilizaram mais de uma técnica. Com isso, apenas uma investigação utilizou de uma técnica (alguns autores utilizaram de quatro a seis).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de mapear como vem sendo produzidas as pesquisas sobre educação escolar de adolescentes privados de liberdade do estado do Rio Grande do Norte, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), chegamos ao total de 16 (dezesseis) produções, tomando como descritor 'CEDUC'.

Os achados mostram certa timidez de como a temática vem se perpetuando nos espaços de discussão, vinculados aos programas de pós-graduação (a nível de mestrado e doutorado). Como mencionado no decorrer da análise, podemos tomar dimensões a partir dos anos que aparecem mais de uma (duas) produção referente a temática, a saber: 2007, 2013, 2017 e 2018.

Desse modo, por não utilizar durante a pesquisa marco temporal, consideramos ainda mais necessário salientar a necessidade de investigações nessa linha de debate, munindo mais olhares, contribuições práticas e/ou teóricas, além de divulgação desses espaços de educação escolar de adolescentes privados de liberdade. Ademais, ainda convém lembrar o número expressivo de trabalhos não identificáveis, algo que nos conduziu a refletir sobre a fragilidade dos resumos textualizados nos escritos.

Embora a timidez na produção científica, consideramos que, devido ao surgimento das normativas que regem os sistemas de privação de liberdade nas últimas décadas, houve um avanço considerável na atenção dos sujeitos que estão nesses espaços. Apesar disso, é notório que as pesquisas mapeadas estão direcionadas ao acesso à direitos fundamentais e/ou garantia de políticas públicas no geral, sem intercalá-los ou com abordá-los com os aspectos da educação escolar, enfoque desse levantamento bibliográfico.

É possível perceber que esses espaços são acometidos pela invisibilidade, preconceito e estigma embebidos pela nossa sociedade historicamente. Desse modo, o papel da escola é de suma importância na transformação (ressocialização) dos sujeitos envolvidos. Nesse senso, Freire (1996) ressalta o alicerce dos pilares fundamentais da educação, logo, podem ser inseridas nesses sistemas como uma alternativa, sobretudo, na construção escolar, social e profissional.

Em linhas conclusivas, pontuamos que este texto não tem o intuito de encerrar o debate acerca das investigações com enfoques no aspecto escolar dos espaços de privação de liberdade do Rio Grande do Norte, pelo contrário, nosso propósito é discutir, refletir e fomentar pesquisas que tematizam a educação escolar com adolescentes em conflito com a lei e que cumprem medidas socioeducativas de internação no estado. Por todos esses aspectos, consideramos que o debate é promissor, entretanto, deve-se difundir ainda mais nos espaços de produção científica e se torne visível a educação escolar nesses espaços e na/para nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Fórum brasileiro de segurança pública. 9ª Edição. 14p. Brasília, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas**. Resolução Nº 3, de 13 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521933>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 113 de 19 de abril de 2006**. Parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARRIDO, Elsa. **A técnica cloze e a compreensão da leitura**: Investigação em textos de estudos sociais para a 6ª série. Dissertação de mestrado, USP. São Paulo, 1979.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Cartografia das experiências de políticas de educação para jovens e adultos nas prisões da América do Sul**. Niterói, RJ: EDUFF/FAPERJ, 2020.

NASCIMENTO, Antonio Anderson Brito do; MEDEIROS, Emerson Augusto de; AMORIM, Giovana Carla Cardoso. Formação de professores polivalentes: Estudo bibliográfico sobre teses e dissertações (1999 – 2019). **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 33, n. 00, p. e022008, 2022. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/9486>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

PAIVA, Jane. **Estudantes internos penitenciários**: travessias de vida, escola, histórias. Outras publicações. 2009. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/Estudantes-internos-penitenciarios-travessias-de-vida-escola-historias.html>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Diálogo Educacional, Curitiba**, v. 6, n. 19, p. 37 - 50, set./dez. 2006. SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. New York: Columbia University Press, 1989.